

AOS HOMENS DE ESTADO E AOS HOMENS DE CIÊNCIA

A PRODUÇÃO DE IMAGENS PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1904-1914)

TO MEN OF STATE AND TO MEN OF SCIENCE

THE PRODUCTION OF IMAGES BY THE SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1904-1914)

ELISA POMARI | Mestra e doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) | pomari.elisa@gmail.com

CRISTINA MENEGUELLO | Doutora em História pela Unicamp. Realizou estágio de pós-doutoramento na Universidade de Veneza, Itália, e na Universidade de Coimbra, Portugal. Professora do Departamento de História da Unicamp | cmeneguello@gmail.com

RESUMO

O artigo analisa a construção de uma narrativa visual, bem como a importância da prática do registro fotográfico por meio de fotografias produzidas ou reunidas pelo poder público estadual e publicadas em documentação oficial. As imagens retratam a potencialidade e a realidade econômica e social do estado de São Paulo, na passagem do século XIX para o XX.

Palavras-chave: fotografia; cultura visual; patrimônio industrial; estado de São Paulo.

ABSTRACT

The article analyzes the construction of a visual narrative as well as the importance of the practice of the photographic registry through photographs produced or collected by the state power and published in official documentation. The images depict the potentiality and the economic and social reality of the state of São Paulo at the turn of 19th century to the 20th.

Keywords: photography; visual culture; industrial heritage; state of São Paulo.

RESUMEN

El artículo analiza la construcción de una narrativa visual así como la importancia de la práctica del registro fotográfico por medio de fotografías producidas o reunidas por el poder público estadual y publicadas en documentación oficial. Las imágenes retratan la potencialidad y la realidad económica y social del estado de São Paulo en el pasaje del siglo XIX para el siglo XX.

Palabras clave: fotografía; cultura visual; patrimonio industrial; estado de São Paulo.

Imagens sobre os mais diversos temas, circulando em variados formatos, foram importantes artefatos e agentes na construção de discursos e relações sociais, econômicas, políticas e culturais, especialmente a partir do século XIX. No contexto do surgimento e difusão de inovações técnico-científicas que permitiram a construção de aparatos mecânicos e impulsionaram rápidas transformações, uma profusão cada vez maior de imagens foi produzida e consumida. Com destaque para a fotografia, ela própria resultado dessas inovações.

Dentro de um regime visual no qual a ilusão, a subjetividade, a efemeridade e o fascínio do espetáculo eram valorizados, as imagens participaram da criação e construção de narrativas e da disciplinarização do olhar e da atenção. Dessa forma, naturalizaram práticas, paisagens e dinâmicas sociais que dialogaram e contribuíram com projetos de sociedade e com os grupos sociais que disputavam seu estabelecimento.

O poder público estadual paulista foi um dos grandes produtores e agenciadores das imagens fotográficas que construíram narrativas visuais sobre o processo de modernização econômica do estado e seus atores, o que ocorreu em meio à organização do aparelho administrativo e da estruturação do estado como ator político. A soma de imagens por ele produzidas ou reunidas entres os anos de 1896 e 1925 deu origem a um conjunto de vinte e quatro álbuns. O acervo pertencente à Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do estado de São Paulo foi posteriormente transferido à biblioteca do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC)¹ e, em 1994, encaminhado para guarda no Centro de Memória – Unicamp (CMU). A partir desses álbuns, foi criado o fundo Secretaria da Agricultura Comércio e Obras Públicas (Sacop), sob a guarda do CMU.²

Visto que grande parte dessas fotografias foi publicada em documentação oficial da Secretaria da Agricultura, as reflexões deste artigo concentraram-se nas imagens fotográficas que também fazem parte do fundo Sacop, publicadas em relatórios, boletins e outros impressos de responsabilidade da secretaria no período que vai dos anos de 1904 a 1914. Este artigo tem, portanto, o propósito de compreender o processo de produção e circulação dessas imagens, as narrativas que construíram, bem como a importância da prática de produção fotográfica para o poder público do estado de São Paulo.

1 O Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) é um órgão de pesquisa fundado em 1887 que, em 1892, passou para a administração do governo do estado de São Paulo. Ao longo de toda sua história – e até os dias atuais – desenvolve pesquisas ligadas ao solo, sementes e tecnologias de produção agrícola. Além disso, sua biblioteca até hoje abriga um grande acervo histórico de obras científicas e documentação oficial dos séculos XIX e XX.

2 O CMU, fundado em 1985, reúne documentação formada por arquivos pessoais e institucionais, tanto públicos quanto privados, especialmente relacionados à cidade de Campinas. Seu acervo abrange um período histórico que vai do final do século XVIII até a atualidade.

A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo,³ criada em 1891, tornou-se a pasta de maior poder da administração estadual no início do século XX, devido à estrutura que desenvolveu e às atividades que englobou, além de ser um órgão de atuação marcante no cotidiano de diversas localidades. A secretaria abarcava atividades de obras públicas – principalmente saneamento e melhorias urbanas –, negócios do café e da policultura, imigração e colonização, prospecção e mapeamento do território do estado, reconhecimento e administração das terras ocupadas e devolutas, construção de vias fluviais e terrestres etc. Essas atividades perduraram até 1927, quando a secretaria foi extinta, dando origem a duas novas pastas: a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio e a Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas.

O poder de atuação da Sacop mostra-se ainda mais expressivo ao serem considerados dois outros aspectos. O primeiro é o fato de que, naquele período, a organização fiscal brasileira vinculava aos estados – e não à União – o recolhimento dos impostos originados pelas exportações (Martins, 1991, p. 71-72). No caso do estado de São Paulo, somava-se um grande montante oriundo majoritariamente do café. O segundo refere-se à política centralizadora do estado de São Paulo, em relação aos municípios, na realização das atividades de estruturação urbana, prática que também garantia arrecadação para o poder estadual e provocava tensões com as municipalidades, conforme aponta Bernardini (2008, p. 72):

esse posicionamento não era apenas de ordem técnica (atribuindo a centralização à pouca capacidade técnica do município), como quase sempre justificavam os relatórios da Secretaria de Agricultura, mas sim uma imposição legal para que o estado tivesse controle das empresas concessionárias e pudesse garantir a monopolização de algumas.

Observa-se, portanto, que as atividades da secretaria se interligavam com questões vinculadas diretamente à arrecadação estadual por meio da centralização das decisões de concessão de diversos serviços urbanos.

Além disso, as atribuições da secretaria permitem caracterizar a própria estruturação política do estado. Mais do que seguir ideias abstratas oriundas do cientificismo e do positivismo, a máquina pública era constituída por muitos indivíduos dotados de educação técnica e científica que instrumentalizavam a ciência em suas atividades, a favor da melhoria dos setores produtivos. Contudo, tal projeto funcionaria apenas se os conselhos e indicações dos “homens da ciência” fossem aplicados, motivo pelo qual engenheiros e médicos foram amiúde designados para chefiar as comissões e planos propostos pelo governo estadual.

3 A sigla Sacop, assim como Secretaria da Agricultura, será utilizada para substituir o nome Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

Assim, junto com a possibilidade de remodelação das estruturas administrativas causada pela mudança para o regime republicano, surgiu um novo grupo de poder. Grupo este que, mesmo tendo ligações consideráveis com a cafeicultura, não era composto exclusivamente por representantes do setor, nem norteado apenas por suas preocupações. Ainda devido à própria mudança de regime, estes agentes passaram a constituir uma elite independente, cujo poder derivava justamente de sua participação na burocracia estatal enquanto representantes de um pensamento e organização técnico-científica. Ao se referir às publicações distribuídas pela secretaria, Antônio Cândido Rodrigues, então responsável pela pasta, sinalizou esse caráter:

forneçeremos dados e notícias exatas sobre o nosso estado, tanto aos estrangeiros, que necessitem buscar fora de sua pátria melhores condições de vida ou novos elementos para exercitarem sua atividade, como aos homens de Estado e suas nações, sobretudo aos homens de ciência, que, em última análise, são os que dirigem o mundo (São Paulo, 1902, p. 4).

Tal reflexão dialoga com a historiografia que repensou a relação entre as oligarquias e o estado na Primeira República, entendida até então como a dominação direta e completa da burguesia cafeeira sobre ele. Ângela de Castro Gomes aponta “a precocidade da constituição do Estado como ‘ator político de *soi-même*’” como fator decisivo para a manutenção de uma identidade da burocracia estatal, mesmo sob a dominação oligárquica. Além disso, a autora destaca o perfil autoritário do poder público, decorrente do processo histórico no qual foi formado, o que também possibilitou a elaboração da identidade dos principais atores coletivos da ordem industrial contemporânea com relativa autonomia frente aos valores liberais característicos do período (Gomes, 2002, p. 92).

Embora Castro Gomes refira-se à esfera federal, este argumento serve de horizonte para a compreensão da organização e ação do governo de São Paulo, visto que o poder público estadual se constituía como ator político na medida em que organizava e especializava sua atuação por meio, por exemplo, da Secretaria da Agricultura – órgão que reunia a um só tempo representantes da burocracia civil estatal, das Forças Armadas e da intelectualidade. Dessa forma, mesmo em um dos polos do poder dos cafeicultores, o poder público – como ator político – afirmava-se com relativa independência, ainda que não dissociado dos assuntos da cafeicultura. Somada às tensões entre o poder estadual e o municipal no período de existência da Secretaria da Agricultura, apontadas por Bernadini (2008), essa visão corrobora, igualmente, o argumento de que o governo estadual foi um importante produtor de uma narrativa visual inserida em seu projeto econômico, político e social para São Paulo.

É importante também destacar parte da história do Instituto Agrônomo de Campinas, assim como seu papel social, não apenas por ter sido subordinado à Secretaria da Agricultura, mas também por ter abrigado até 1994 grande parte do acervo iconográfico por ela criado.

Em trabalho dedicado à história da instituição no período imperial, Meloni (2004) aponta que ela foi criada no final do século XIX, em um contexto no qual a lavoura cafeeira havia

passado por expansão e já era entendida como primeiro ramo da indústria nacional. Todavia, no último quartel do século, ocorriam dificuldades relacionadas a pragas e problemas de plantio, além da concorrência internacional. Esse contexto teria incentivado a criação de um órgão – o único fora da capital federal – que se dedicava ao desenvolvimento de um aparato de pesquisa para auxiliar os produtores. Deslocando, então, a resolução dos problemas da lavoura do empirismo do próprio local de produção – a fazenda – para um ambiente científico e mais rigoroso, dirigido pelo poder imperial. Dessa forma, a Imperial Estação Agronômica de Campinas, transformada em Instituto Agronômico de Campinas no período republicano, surgira a partir de demandas econômicas, sociais e culturais, e também representava uma escolha teórica em compasso com a modernidade científica da época, visto que a criação de instituições científicas não era a única forma de resolver a questão.

OS RELATÓRIOS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS

Os relatórios anuais apresentados pela Secretaria de Agricultura ao presidente de São Paulo são fartamente ilustrados. As imagens fotográficas aparecem nessa documentação a partir de 1904 e, ao longo dos onze anos seguintes, até 1914, foram 279 fotografias⁴ publicadas, em uma média de 25 imagens por relatório. Ao serem comparadas com o número de páginas desses impressos, elas correspondem a quase 10% de seu volume total. Contudo, sua quantidade varia consideravelmente conforme os anos e, principalmente, entre as administrações. Nos quatro anos da gestão de Carlos Botelho à frente da secretaria, entre 1904 e 1907, foram publicadas 139 imagens, mais da metade do total.

A publicação de imagens nesses volumes alinha-se a outras atividades que incentivaram a produção massiva de imagens fotográficas, como se pode observar nas passagens dos próprios relatórios que apontam a participação de São Paulo em exposições nacionais e, de forma independente ou coordenada, também em exposições universais. Em 1903, o relatório faz menção à preparação do estado, sob coordenação da Sacop, para a participação na Exposição de Saint Louis, na qual foram expostas “estante com fotografias dos diversos estabelecimentos agronômicos dependentes deste secretariado e de núcleos coloniais”; “coleção de fotografias de escolas, grupos escolares, cadeias, pontes e diversos edifícios construídos pelo estado”; “estantes com fotografias de obras de arte, estações etc., de estradas de ferro”; “estante com fotografias das captações e diversas obras de arte do abastecimento de água da capital” (São Paulo, 1904, p. 53-54). Em 1909, o secretário Antônio de Pádua Sales menciona as atividades e providências da Diretoria de Indústria e Comércio, seção da secretaria, para a representação do estado na “Exposição de Bruxelas”, “Turim e Roma, em 1911”, “Nancy e Bordeus, realizadas no ano findo” e “Exposição Regional de Compostella” (São Paulo, 1910, p. XXVI e XXVII).

4 Algumas dessas imagens contabilizadas são fotografias de plantas ou projetos arquitetônicos e representam uma possibilidade técnica de uso da fotografia em publicações, mas não se enquadram nos parâmetros de análise da imagem fotográfica pretendidos. Dessa forma, excluindo-se este tipo de imagem, as fotografias totalizam o número de 254.

A prática de produção e distribuição de imagens pelo poder público tinha como objetivo proporcionar visibilidade ao estado e, ao mesmo tempo, atrair investimentos e mão de obra para suas atividades econômicas, o que incluía também a organização de publicações, em geral ricamente ilustradas com imagens fotográficas, em diversas línguas.⁵

Os métodos de coleta de imagens utilizados pela pasta eram diversos. Fotógrafos artistas de grande renome, fotógrafos artífices de um estúdio ou concorrentes em concursos pontuais participaram da composição desse acervo. O relatório referente a 1906 traz, sob o título de *Concurso de fotógrafos*, o seguinte texto:

A secretaria, com o fim de realçar as exposições, adquirir boas provas fotográficas de animais para a ilustração de suas publicações, e fomentar a propaganda zootécnica e cultural, dentro ou fora do estado, durante as exposições, abriu um concurso para fotógrafos.

Inscreveram-se 22 candidatos, comparecendo 8 e sendo distribuídos 7 prêmios:

1 prêmio de Rs 1:000\$000

1 prêmio de Rs 500\$000

1 prêmio de Rs 200\$000

2 prêmios de Rs 100\$000

2 prêmios de Rs 50\$000

Além desses prêmios, a secretaria animou o concurso e recompensou os concorrentes, adquirindo grande número de cópias das fotografias expostas e premiadas, facilitando aos candidatos as viagens e ingresso nas exposições (São Paulo, 1907, p. 53).

Além da compra de fotos avulsas no país, também foram compradas imagens durante viagem aos países produtores de café para elaboração de um longo e ricamente ilustrado relatório sobre a “Indústria cafeeira na América espanhola” (São Paulo, 1907). Diversas dessas imagens contêm numeração, legenda em inglês e assinatura de seus produtores originais, às quais foi acrescida a marca do estúdio contratado pela secretaria naquele período.

Na maioria dos relatórios, um único estúdio assinava as imagens publicadas. Esses estúdios variaram ao longo do tempo e coincidiram com a troca de secretários. Durante a administração de Carlos Botelho aparecem as marcas de “TH. WENDT”, entre 1904 e 1906, e “MERY S. PAULO”, no ano de 1907. Sob a direção de Antônio de Pádua Sales, entre 1909 e 1911, o selo é de “H. VARGAS GRAVURAS”. Entre 1912 e 1913, com Paulo Morais de Barros à frente da pasta, “W. Kölmer” assina as imagens.⁶ Já no relatório de 1914 há apenas quatro fotos, ne-

5 A lista de publicações distribuídas pela secretaria registrada na seção “Distribuição de Publicações” do relatório referente ao ano de 1906 inclui: “The State of S. Paulo - 721 [exemplares]. Lo Stato di San Paolo (2. edição) - 664. Le condizione degli Italiani nello Stato di S. Paulo - 220. Die Eisenbahnen des Staates S. Paulo - 2. História da viação pública de S. Paulo - 11. Rapport sur la première exposition du 3^{me} district agronomique - 12” (São Paulo, 1907, p. 13).

6 Apesar de reconhecer a importância desses estúdios para a produção da narrativa visual, há pouca ou nenhuma informação sobre eles. Além disso, as imagens são aqui apresentadas como vinculadas ao poder público, por isso não foi dedicada especial atenção aos estúdios que as assinam.

nhuma com indicação de autoria; e, no referente ao ano de 1908, cujo secretário era Antônio Cândido Rodrigues, apesar de não haver atribuição, é provável que as imagens publicadas, todas elas referentes a núcleos coloniais, sejam de autoria de Guilherme Gaensly.⁷

Além da contratação de fotógrafos para trabalhos específicos e do recebimento – e republicação – de imagens de outros impressos, foi criado pela secretaria um “gabinete fotográfico” sobre o qual se tem poucas informações além do fato de que, em 1907, tornou-se subordinado à Diretoria de Indústria e Comércio.⁸

Devido à extensão do período estudado e à diversidade de autores das fotografias, não foi possível estabelecer um padrão autoral na construção das imagens. Ademais, optou-se pelo exame de seus temas e funções recorrentes que, em muitos casos, compartilham semelhanças formais, como será apontado adiante.

Os temas das fotos repetem-se com frequência e servem de índice de agrupamento das mesmas. Alguns deles são privilegiados e figuram em quase todos os relatórios, como é o caso dos núcleos coloniais, com 49 fotos; da Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, com 27, e do Instituto Agrônomo de Campinas, com 33 fotos. As imagens dedicadas às instituições seguem um padrão catalográfico e costumam ser compostas por vistas, planos gerais dos edifícios principais ou áreas importantes das instituições, e, quando possível, tiradas a partir de regiões mais altas, e também podem incluir panorâmicas⁹ que demonstram a vastidão dos espaços. Elas são seguidas de planos mais aproximados dos edifícios e dependências secundárias e, posteriormente, cenas do interior desses estabelecimentos. As imagens de interiores são mais raras e restringiam-se a espaços que demonstrassem o prestígio ou a modernidade da instituição por meio dos detalhes requintados ou tecnológicos de suas dependências.

Os conjuntos de fotografias formam uma espécie de apresentação detalhada de algumas dependências e atividades da secretaria, como os núcleos coloniais, instituições de ensino e pesquisa ou obras de saneamento da capital e de Santos. Por isso, criam a impressão de que, a cada relatório, ela se dava a ver de forma mais minuciosa, divulgando suas atividades e atribuições e, talvez, aumentando sua importância perante a sociedade. Isso implica que as imagens possivelmente foram registradas de uma só vez, mas foram publicadas aos poucos nos relatórios, como parte de um protocolo das publicações da secretaria. Já em outros relatórios, novas imagens dos mesmos edifícios, dependências ou atividades surgem, como se uma nova expedição de produção e coleção de fotografias tivesse sido encomendada, demonstrando que, de tempos em tempos, registros eram feitos em uma espécie de atualização do acervo iconográfico.

Ademais, as fotos parecem estar organizadas por setores ou diretorias. Mesmo que nem sempre apareçam em diálogo com o texto do relatório, encaixam-se na seção correspon-

7 As fotografias aparecem em outras publicações com autoria atribuída a Gaensly.

8 O “Gabinete Fotográfico” faz parte da Diretoria de Indústria e Comércio. Apesar de sua data de criação, é provável que não tenha sido colocado em prática ainda em 1907 (São Paulo, 1908, p. 52).

9 No conjunto dos relatórios foram publicadas quatro fotografias panorâmicas. A primeira, do Posto Zootécnico ainda em construção, em 1904. As outras três foram publicadas nos relatórios dos anos de 1910 e 1911; duas são vistas da fazenda Santa Elisa do Instituto Agrônomo e a terceira mostra o vale de Anhangabaú.

dente à diretoria responsável pelo tema retratado. Entretanto, sua concentração varia em cada uma das edições, especialmente nos anos iniciais. Em 1904 e 1905, concentram-se na seção de Agricultura, Indústria e Comércio e quase todas as imagens publicadas no relatório tiveram como tema o Instituto Agrônômico, a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz e atividades de responsabilidade desta repartição. Em 1906, as atividades da seção de Obras Públicas ganharam espaço mostrando as obras de saneamento, escolas e cadeias – embora outros temas não tenham desaparecido. Já em 1907 e 1908, o principal tema retratado são os diversos núcleos coloniais. Isso poderia indicar que a prática do registro fotográfico tenha se iniciado em um dos departamentos ou instituições específicas da Sacop e, aos poucos, tenha ganhado espaço até se tornar um protocolo para todas as seções, repartições e instituições subordinadas ao órgão.

A partir do referencial teórico e metodológico de Ana Maria Mauad (2008), que sugere a leitura e interpretação de aspectos técnicos e de conteúdo das fotografias por meio da composição de séries, por possibilitarem a observação de repetição e volume, foram identificadas algumas funções que as imagens poderiam desempenhar nos relatórios.¹⁰ Essas funções ou tipos de fotografias são: a apresentação das dependências da secretaria, como prédios públicos, repartições e instituições das quais era encarregada; o registro das atividades realizadas pela pasta, como, por exemplo, obras, atividades relativas à imigração e colonização, trabalho de comissões geológicas etc. Nesta categoria inserem-se também as imagens dos núcleos coloniais que, além de demonstrarem a atividade desempenhada pela secretaria, acumulam uma outra função bastante específica de demonstrar a propriedade da terra por imigrantes, o que poderia servir como incentivo à entrada de estrangeiros no país. E, por fim, imagens de aplicação e técnica, ou seja, de uso prático imediato, destinadas à demonstração das possibilidades de culturas diversificadas, variações de melhor rendimento de mudas e emprego de ferramentas e técnicas no plantio específico.

A figura 1 mostra o prédio que abrigava a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz, instituição recém-fundada sob responsabilidade da secretaria. A fotografia foi capturada a distância para que o edifício fosse enquadrado por completo e a partir de um ângulo diagonal. A maior parte das fotografias deste tipo foi registrada em planos gerais e a partir de ângulos frontais ou diagonais que lhe conferiam ainda mais volume e possibilitavam a vista de mais de uma face dos edifícios. Dessa forma, buscavam monumentalizar as dependências públicas, o que pode, ainda, ter a função de demonstrar a organização do poder público estadual e

10 Ana Maria Mauad (2008, p. 43-46) sugere a leitura e interpretação das fotografias pela observação de aspectos técnicos que dizem respeito às formas de expressão das imagens fotográficas (como quem as produziu, seu tamanho, suporte, enquadramento, foco, iluminação) e também de seus aspectos de conteúdo (local, tema, pessoas, objetos retratados etc.). A partir da decomposição destas diversas informações presentes na superfície visível são estabelecidos alguns espaços discursivos na imagem: espaço fotográfico, espaço geográfico, espaço do objeto, espaço de figuração e espaço de vivência. Eles permitem esmiuçar o que está visível na imagem e compreender seus códigos de representação inseridos em uma temporalidade específica na qual são produtores e produtos de relações sociais e de sentidos históricos. Dessa forma, as imagens apresentadas a seguir são representantes de pontos que foram repetidamente observados em um volume maior de imagens e que, por isso, são considerados significativos.

fazê-lo presente em diferentes localidades e municípios – já que muitos dos últimos, conforme apontado anteriormente, disputavam as obras de melhorias urbanas com o poder estadual. Isso poderia ocorrer tanto pela circulação das representações fotográficas dos edifícios, quanto pela presença de um fotógrafo que percorria várias regiões a mando do governo do estado.



Figura 1 - Fotografia tipo I – Apresentação das dependências. Fonte: Sacop. *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1906*. São Paulo: 1907

As fotografias de registro de atividades são as mais heterogêneas em termos de composição, visto que dedicam-se aos mais diversos assuntos, localidades e atividades, além de terem sido registradas em ocasiões e condições bastante distintas e, algumas vezes, peculiares. Elas têm como função demonstrar as múltiplas atividades da secretaria, como o mapeamento do território paulista, as ações relacionadas à imigração, além das diversas obras pelas quais era responsável. Pôde-se notar que esse é o tipo de imagem em que a presença de autoridades é mais frequente e, para serem retratados junto das atividades ou obras que provavelmente eram de sua autoria ou pelas quais eram os responsáveis, os homens de Estado ou de ciência aventuraram-se até mesmo por locais de difícil acesso e expuseram-se em poses e situações inusitadas. Como é possível ver na fotografia apresentada na figura 2, na qual dois homens com trajes distintos posicionam-se em um canteiro de obras com o intuito de serem incluídos no registro da canalização do rio. A fotografia também abrange as construções temporárias que caracterizam o local como obra em andamento, onde há um outro homem, aparentemente alheio ao evento fotográfico, possivelmente um trabalhador.

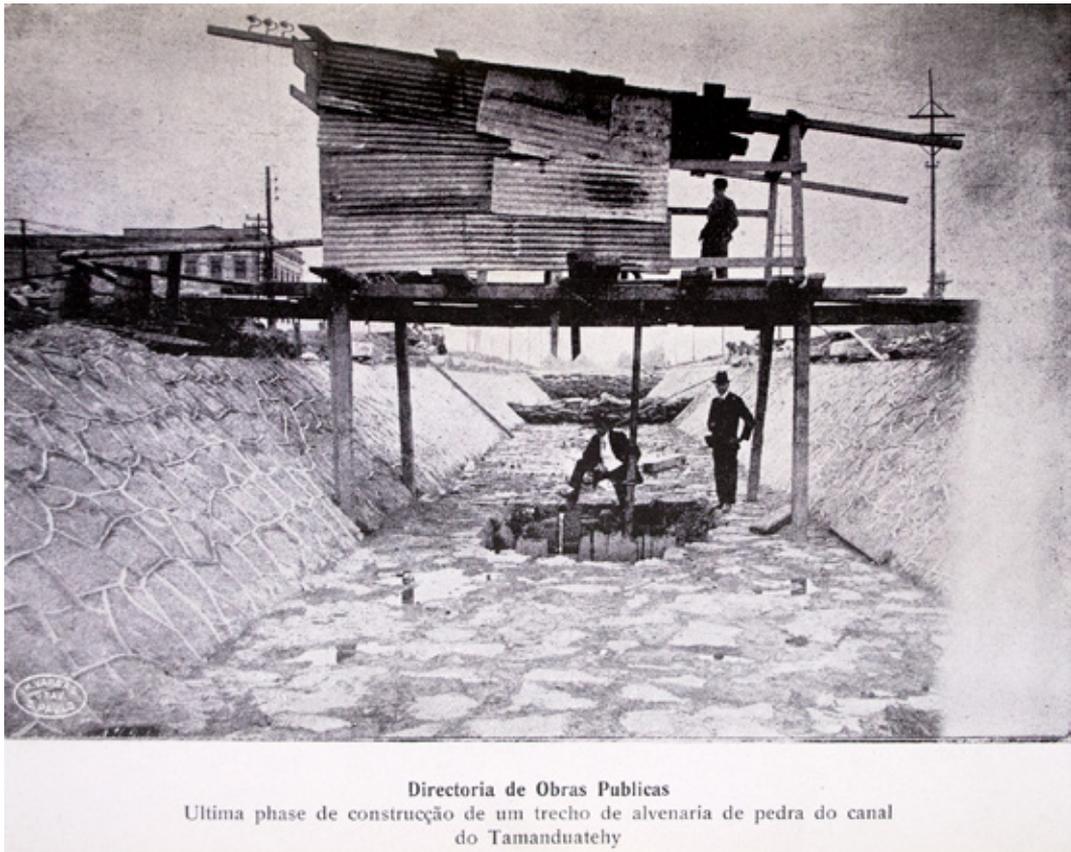


Figura 2 - Fotografia tipo II – Registro de atividades. Fonte: Sacop. *Relatório anual de atividades referente aos anos de 1910-1911.* São Paulo: 1912

Nas fotografias de cenas de propriedade de terras intercalam-se grandes planos – vistas gerais capturadas de locais mais altos que, ao mesmo tempo, dão a ver a vastidão da terra destinada à colonização e registram o potencial produtivo do estado – e planos menores, frontais ou diagonais, que se dedicam a mostrar as habitações, detalhe sempre enfatizado, juntamente com os próprios colonos, retratados geralmente na lavoura ou próximos das casas. Conforme se pode observar na figura 3, enquadra-se a moradia familiar, circundada pela paisagem natural, indomada ao fundo e domesticada à frente. Aqui também é possível identificar o tipo de imigrante e de trabalho desejado nas colônias, visto que frequentemente são retratadas famílias europeias ao lado de suas propriedades, sublinhando a agricultura familiar, assim como o plantio de gêneros diversificados. Essas imagens ainda carregam a narrativa da transformação do meio natural em produto, por meio do trabalho humano e, claro, do incentivo do poder público na conversão do potencial em produção.

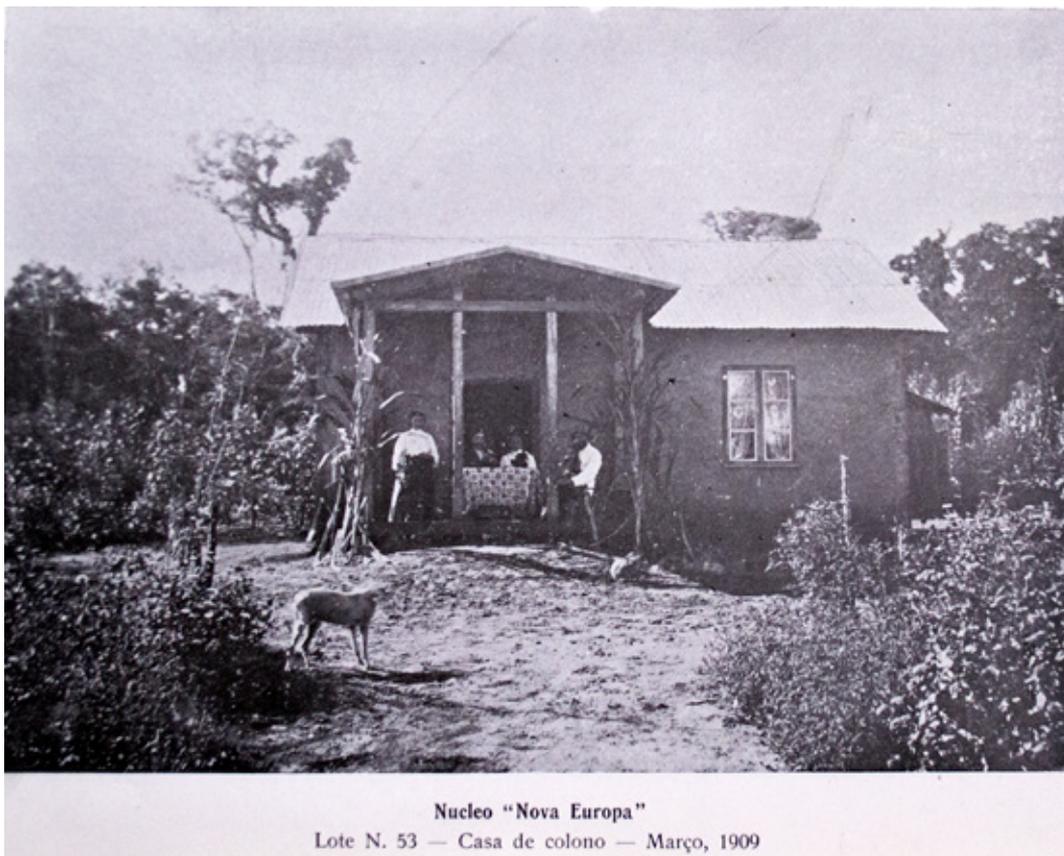


Figura 3 - Fotografia tipo II – Registro de atividades – cenas de propriedade de terras. Fonte: Sacop. *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1909*. São Paulo: 1910

As fotos da figura 4 são precedidas do seguinte texto:

Continuam no Instituto Agronômico as experiências sobre estrumação, poda e hibridação de cafeeiros, iniciadas já há cerca de cinco anos [...].

As experiências sobre a estrumação, poda e hibridação de cafeeiros apresentam agora resultados finais, que podem começar a ser entregues à publicidade para proveito dos cultivadores. Aliás, alguma coisa a esse respeito já o Instituto Agronômico havia dado a público em fascículos do “Boletim da Agricultura”, nos anos de 1902, 1903 e 1904 (São Paulo, 1905, p. 26).

Essas imagens tinham por objetivo a divulgação de conhecimentos aplicáveis à agricultura ou o incentivo do cultivo de novos gêneros. Muitas delas aproximavam-se de uma linguagem própria do desenho científico, com o emprego de planos próximos que possibilitavam a observação de detalhes e o uso de objetos que geravam escala. Nessas imagens, o fundo foi frequentemente suprimido para dar destaque ao objeto fotografado, valendo-se de placas,

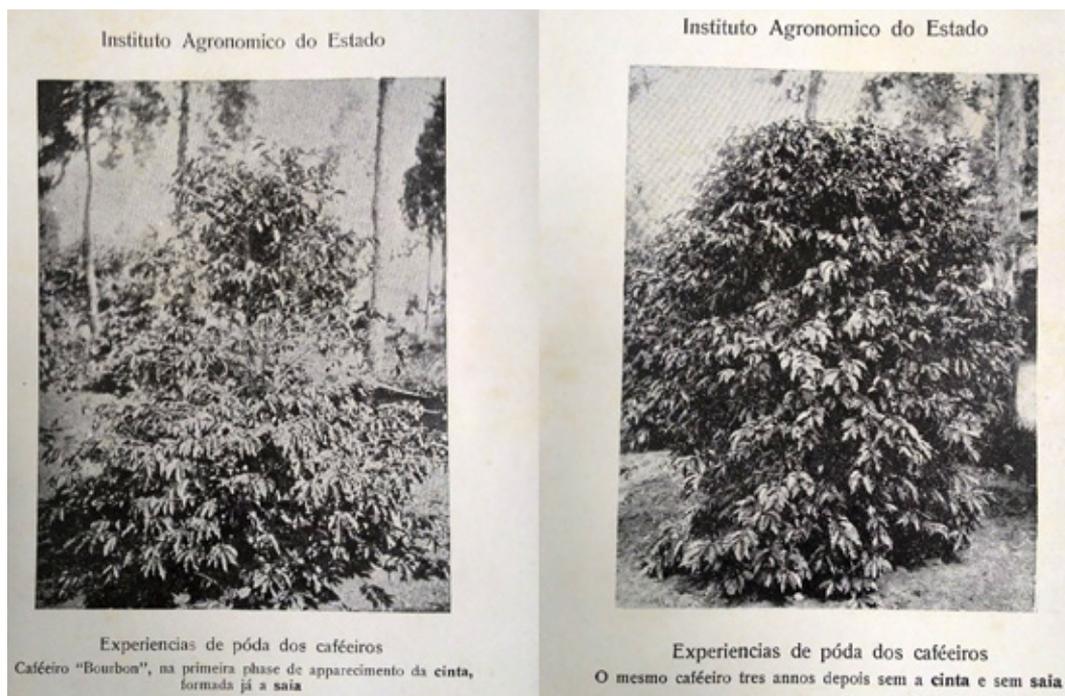


Figura 4 - Fotografias tipo III – Aplicação e técnica. Fonte: Sacop. *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1904*. São Paulo: 1905

tecidos e até mesmo de recorte. As fotografias também têm como intenção a demonstração da aplicação de técnicas e instrumentos novos na lavoura, como arados e métodos de poda e o incentivo à diversificação do plantio, com frequentes imagens de experiências de cultivo de gêneros como a mandioca, a uva e o arroz. Todos esses elementos têm o discurso comum que aponta a modernização do campo, entendida como a policultura e o emprego de maquinário mais eficiente, como solução para problemas agrícolas.

Além disso, as fotografias de experiência de poda apresentadas foram publicadas no relatório anual referente a 1904, o primeiro a contar com imagens fotográficas. Entretanto, conforme a própria legenda e o texto sugerem, a primeira delas foi produzida por volta de 1901 e parece inserir-se em ações sistemáticas feitas para comparação no IAC, o que sugere que a fotografia, como prática do poder público paulista, teve início a partir de práticas dessa instituição científica.

Ademais, cabe notar que parcela significativa dessas imagens, 85%, são horizontais e preenchem as páginas dos tomos neste sentido. Tal fato torna-se relevante para refletir sobre como se dava a observação das fotografias, visto que a necessidade de manobras de troca de sentido (vertical para horizontal) das publicações para sua observação implicaria uma quebra da atenção, que poderia ou não ser concedida às fotos pelo leitor. Ao mesmo tempo, considerando-se que elas nem sempre dialogavam com o texto próximo, os leitores também poderiam observar as imagens de forma separada e independente do conteúdo textual contido no relatório. Por fim, há de se considerar sua circulação entre indivíduos que

não dominavam a língua portuguesa ou mesmo a linguagem escrita, estes provavelmente em menor número. Logo, eles seriam leitores apenas das imagens presentes na publicação.

Os relatórios anuais da Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo eram, portanto, um espaço oficial de publicação dotado de características de circulação. Conforme mostram os dados da Seção de Publicações, eles eram enviados a outras regiões do país e a representantes no exterior. Sua circulação majoritária dava-se entre “homens de Estado”, “homens de ciência” (São Paulo, 1902, p. 4) e “homens de negócio”. Reforça-se assim a importância dos relatórios como construtores de um discurso de consolidação do estado, como atores políticos e propagadores de uma narrativa visual.

OS BOLETINS DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO

Alguns números do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (DET) também foram analisados por serem desdobramentos especializados da documentação da Sacop. Criado pelo decreto n. 2.071, de 5 de julho de 1911, o departamento foi apresentado da seguinte forma no relatório correspondente aos anos de 1910-1911, pelo secretário Antônio de Pádua Sales:

O Departamento Estadual do Trabalho veio enfeixar todos os serviços até então mantidos para facilitar ao imigrante como ao operariado nacional os meios de se colocarem com segurança e bem assim, para, a exemplo das nações mais adiantadas, manter em constante estudo tudo o que interessa ao melhoramento das condições do trabalho.

O Departamento Estadual do Trabalho abrange pois: a Diretoria, a Seção de Informações, a Hospedaria de Imigrantes e a Agência de Colocação.

Na Seção de Informações deve-se fazer o estudo metódico das condições do trabalho do estado; o estudo das medidas tendentes a melhorar as condições do trabalho, quer quanto às leis e regulamentos quer quanto à natureza dos serviços, horas de trabalho, salários, épocas de pagamentos e meios de assistência; a estatística da população operária; a organização e publicação de um boletim trimestral, contendo informações, estatísticas e notícias das medidas legislativas com referência ao trabalho (São Paulo, 1912, p. 10)

A importância e a atuação da repartição, como mediadora e regulamentadora das relações de trabalho e imigração e até mesmo na gestação de normas e legislação trabalhista, são o cerne do trabalho de Marcelo Antonio Chaves. O historiador sublinha que a circulação da informação escrita entre os mecanismos de poder atingia um público letrado restrito, mas mantinha significativo poder de formação e informação (Chaves, 2012, p. 68).

Dessa forma, inserido numa lógica de publicações oficiais, o Boletim do Departamento Estadual do Trabalho configura-se como um interessante espaço para a observação do discurso do estado não só sobre o trabalho fabril como também acerca de outras atividades laborais. Além disso, ao sublinhar a relevância da circulação de informações escritas, com

destaque para grupos sociais específicos, também é possível refletir a respeito da eloquência das narrativas visuais – nesta e em outras publicações do período –, certamente mais democráticas em termos de acesso e leitura do que a escrita.

Em relação ao Boletim do DET, tem-se um conjunto de 14 edições¹¹ que somam 92 imagens.¹² As lógicas de produção, publicação e relação das imagens com o texto aproximam-se muito dos relatórios anuais da Sacop. Assim, dentre as principais funções ou tipologias elencadas nessas imagens estão: aquelas que registram as dependências do departamento e da secretaria; as que se referem às atividades sob seu encargo e as que tratam da aplicação de técnicas e uso prático.

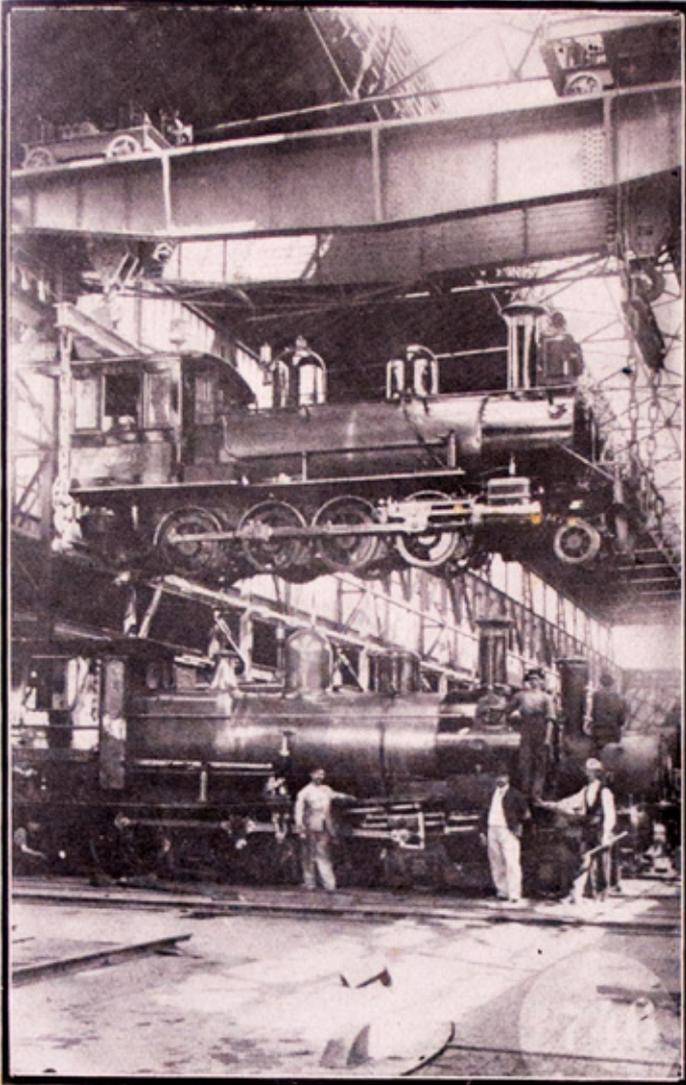
Além disso, figuram no boletim imagens que são reproduções de fotos pertencentes a um relatório belga sobre segurança do trabalho. Nessas fotografias, publicadas de duas em duas – o que as diferem em tamanho e formato de outras imagens reproduzidas pela secretaria em seus periódicos –, são apresentados diversos aparelhos e técnicas para a melhoria das condições e redução de acidentes de trabalho. Essa observação vai ao encontro do apontamento de Chaves de que “os acidentes de trabalho são o foco obsessivamente privilegiado pelo DET” (Chaves, 2012, p. 90). Tais imagens podem também ser entendidas como de uso prático, visto que trazem técnicas e equipamentos de segurança acompanhados de informações relativamente detalhadas para que pudessem ser aplicadas ao cotidiano. Porém, destacam-se das demais por manifestarem pela primeira vez o tema da saúde e segurança do trabalhador ou de seu ambiente de trabalho.

Por fim, uma nova categoria de imagens surge nas páginas deste boletim: fotografias que se dedicam ao registro de negócios particulares, ou seja, que não tratam de realizações concretizadas ou incentivadas pelo poder público estadual. Elas têm uma função distinta das anteriores e correspondem a aproximadamente um quinto do total de imagens fotográficas publicadas nos boletins do período.

Visto que nos relatórios da Sacop as únicas fotos que não se referem a espaços públicos são as que retratam os núcleos coloniais – nos quais, apesar da terra pertencer ao colono, suas imagens representavam também um projeto público – e as pertencentes ao relatório sobre a produção de café na América espanhola – para o qual foram adquiridas imagens de fazendas particulares, mas que também continham o peso da atividade do estado na proteção do café –, as fotografias de fábricas e espaços de produção publicadas nos Boletins do DET são as primeiras estampas cuja função é mostrar espaços particulares a figurarem nessas publicações governamentais. Ainda que pareça um dado pouco relevante à primeira vista, isso demonstra a ação do poder público paulista em representar e mostrar o âmbito privado no qual se dá a produção, o que está fortemente alinhado às atividades do departamento.

11 O Boletim do DET era trimestral, mas alguns números foram editados em conjunto. Manteve-se a numeração que faz referência aos trimestres correspondentes.

12 Em comparação ao volume de páginas destes 14 números, as imagens correspondem a cerca de 7% do total.



**Officinas da Companhia Mogyana de Estradas
de Ferro, em Campinas**

Figura 5 - Fotografia tipo IV – Fotos de espaços privados. Fonte: Boletim do DET n. 5, 1912

A prática de levantamento de informações por meio de inquéritos feitos às fábricas, há muito reivindicada por funcionários do governo e intelectuais, foi posta em ação de forma sistematizada pelo DET, o que gerou conflitos e debates em relação aos limites de atuação do poder público. Isso ocorreu pelo fato de, pela primeira vez, se adentrar no espaço privado. Prática que não apenas iria de encontro aos ideais teóricos de um liberalismo ortodoxo, como também era vista com extrema desconfiança pelos proprietários, que alegavam temer a criação de impostos e tentativas de interferência do poder público na relação com os trabalhadores.

As fotografias de espaços privados, assim como as que se enquadram no tipo de registro de atividades, não demonstram heterogeneidade em sua composição. Embora seu tema seja comum, fábricas e indústrias, as características dos locais de registro – tamanho, iluminação, disposição do maquinário, organização espacial etc. – interferem na estrutura da imagem produzida. Contudo, é possível notar ênfase tanto no maquinário quanto na presença dos produtos finais que dão sentido ao local e sua narrativa, ainda que semiacabados. O que é possível observar na foto publicada em 1912 no Boletim do DET é um grande plano abrangendo o espaço da oficina e o maquinário utilizado pela companhia ferroviária, emoldurados pelos equipamentos necessários para içamento de uma locomotiva – que está no centro da imagem e concede-lhe ares surrealistas –, bem como os trabalhadores, ao lado e em cima das máquinas, e um possível administrador à sua frente.

Embora seja possível que estas imagens tenham sido fornecidas pelos proprietários, isso não exclui a possibilidade de que possa ter havido registro realizado por parte do estado. Ou seja, o poder público poderia ter entrado no âmbito privado com funcionários do gabinete fotográfico ou fotógrafos autônomos para retratar a cena. Além disso, mesmo que as fotografias tenham sido produzidas por seus responsáveis com intenções e estratégias de disfarce (Chaves, 2012, p. 86), elas seriam representantes de um discurso visual criado pela burguesia industrial e incorporado pelo governo estadual em sua publicação.

Outro fato digno de nota é a repetição de diversas fotos no Boletim do DET, anteriormente publicadas em alguns dos relatórios anuais da Sacop. Contudo, elas trazem legendas diferentes, especificamente ligadas aos assuntos de interesse da publicação. Além disso, pode-se observar que, em muitos dos casos, as fotos aparecem com uma nova marcação que não estava presente na reprodução anterior, o que corrobora a ideia de organização de um acervo por parte da pasta e do poder público estadual como um todo, assim como a consolidação de uma necessidade protocolar de publicações de fotografias neste tipo de periódico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença de um relevante número de fotografias nos relatórios e boletins oficiais publicados pela Secretaria da Agricultura, pasta de maior alcance do poder público estadual paulista, cuja atuação destaca-se pela proximidade com os assuntos da vida econômica e social, e por institutos e repartições a ela subordinados, demonstra a importância das imagens fotográficas como agentes e vetores de narrativas, assim como o intento do poder público de consolidar-se como narrador.

Nas décadas iniciais do regime republicano, período no qual o estado ainda se estruturava como ator político e necessitava legitimar sua autoridade centralizadora, a prática de registro fotográfico contribuiu para que a atuação da máquina pública se fizesse sentir com a divulgação de suas atividades. Esse processo mostrou a força do aparato estatal; a multiplicidade das ações do poder público em seu território; a proliferação de instituições técnico-científicas e de ensino e a potencialidade agrícola – concentrada principalmente na colonização por imigrantes, no uso de equipamentos auxiliares e de policultura, enten-

didados como formas de modernizar o campo –; somadas à permanência do investimento na pesquisa e na cultura do café. Figuras e símbolos da grandiosidade e do poder oficiais foram levadas às mais diferentes localidades do estado por meio das imagens de prédios públicos e autoridades. Indivíduos a serviço do estado percorreram vastos territórios, incumbidos de realizar os registros fotográficos. Por fim, os ambientes privados das fábricas foram adentrados por meio das fotografias publicadas pelo DET.

Nas narrativas visuais construídas, pôde-se também observar quais foram os pontos mais caros ao poder público paulista nesse projeto. São eles: o aumento da competitividade do café, por meio da coleta de dados acerca da produção dos países concorrentes, da melhoria das técnicas de plantio e das plantas desenvolvidas nas instituições de pesquisa e ensino; o incentivo à diversificação da lavoura em culturas, com a introdução de novos gêneros agrícolas e o incentivo à ocupação de terras por famílias de colonos; a realização de obras de infraestrutura como os canais em Santos, barragens, canalização de rios na capital, construção de grupos escolares e presídios; a melhoria nas condições de trabalho, especialmente o urbano, e a diminuição de acidentes a ele ligados.

Ainda, as imagens produzidas ou reunidas pela secretaria promoviam as potencialidades do estado perante as outras unidades da federação e países estrangeiros ao demonstrar “as condições materiais e morais do nosso estado” (São Paulo, 1902, p. 4). Dessa maneira, a circulação de publicações oficiais ilustradas – relatórios, boletins e obras criadas especificamente para circulação internacional – e até mesmo o envio de estantes e imagens avulsas para exposições e feiras internacionais desempenharam um importante papel de propaganda da prosperidade do estado de São Paulo, cujo objetivo era incentivar a entrada de capitais, imprescindíveis às atividades econômicas, e de braços, dos quais os negócios, principalmente da lavoura, necessitavam para prosperar.

Por fim, a partir dos boletins do DET e dos relatórios da Secretaria da Agricultura é possível considerar a atuação do governo de São Paulo enquanto ator e construtor de um discurso cujos objetivos alinhavam-se aos ideais de civilização capitalista industrial. A busca pela inserção em um projeto de modernização pode ser vislumbrada até mesmo na preocupação por parte do estado em incorporar ferramentas e linguagens modernas na sua atuação, tais como as imagens fotográficas. Assim, documentavam a modernidade dos métodos utilizados pela máquina pública, repleta de homens da ciência, em um projeto de modernização econômica nos moldes europeus que pretendia abarcar todas as esferas e atividades produtivas, fazendo com que as imagens fotográficas fossem imprescindíveis nos documentos oficiais, tornando-se até mesmo um protocolo deste tipo de publicação. Dessa forma, essas imagens fotográficas também estabelecem diálogo, por meio de suas características discursivas – como técnica, expressão e conteúdo – e de circulação – como os espaços de publicação, formas de consumo e destinatários –, com um regime visual próprio da modernidade capitalista industrial.

Referências

- BERNARDINI, S. P. *Construindo infraestrutura planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do governo estadual paulista (1892-1926)*. 2008. 567 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CHAVES, M. A. *A trajetória do Departamento Estadual do Trabalho de São Paulo e a mediação das relações de trabalho (1911-1937): aspectos da formação do direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2012.
- GOMES, A. de C. A república não oligárquica e o liberalismo dos empresários. In: SILVA, Sergio Salome; SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica da primeira república*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2002.
- LIMA, S. F.; CARVALHO, V. C. *Fotografia e cidade: da razão urbana a lógica de consumo: álbuns de São Paulo (1887-1954)*. São Paulo; Campinas: Fapesp; Mercado de Letras, 1997.
- MARTINS, Z. *Agricultura paulista: uma história maior que cem anos*. São Paulo: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991.
- MAUAD, A. M. *Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografias*. Niterói: EdUFF, 2008.
- MELONI, R. A. *Ciência e produção agrícola: a imperial estação agrônoma de Campinas 1887-1897*. São Paulo: Humanitas, 2004.
- SÃO PAULO. Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1901*. São Paulo: 1902.
- _____ *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1903*. São Paulo: 1904.
- _____ *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1904*. São Paulo: 1905.
- _____ *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1906*. São Paulo: 1907.
- _____ *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1907*. São Paulo: 1908.
- _____ *Relatório anual de atividades referente ao ano de 1909*. São Paulo: 1910.
- _____ *Relatório anual de atividades referente aos anos de 1910-1911*. São Paulo: 1912.
- SCHMIDT, C. B. e REIS, J. *Rasgando horizontes: a Secretaria da Agricultura no seu cinquentenário*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1942.

Recebido em 30/10/2018

Aprovado em 15/2/2019